

**Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (íza) de Direito da \_\_\_ª Vara de Família do Juízo de Vila Velha, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo.**

**(Nome Completo do Interessado)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº (000.000.000-00), portador da cédula de identidade (0000000 SSP/UF), domiciliado na (endereço completo), e **(Nome Completo da Interessada)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrita no CPF/MF sob o nº (000.000.000-00), portadora da cédula de identidade (0000000 SSP/UF), domiciliada na (endereço completo), por seu Advogado, constituído e qualificado no incluso instrumento de Outorga, com endereço na (endereço completo), vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, formular o presente pedido de

### **DIVÓRCIO CONSENSUAL**

pelas razões de fato e de direito, que passam a expor e requerer:

## DOS FATOS E DO DIREITO

Os interessados contraíram matrimônio em (00) de (mês) de (ano), sob o regime de comunhão parcial de bens, conforme comprova a inclusa cópia da Certidão de Casamento.

Entretanto, o laço afetivo do casamento foi interrompido, tendo em vista incompatibilidades, comprovando-se, assim, a insuportável vida em comum, estando os interessados separados de fato desde (00) de (mês) de (0000), motivo que os leva a requerer o Divórcio Consensual.

Durante o casamento, os interessados adquiriram uma casa no valor comercial de R\$ 000.000,00 (valor por extenso), localizada na (endereço completo) e um automóvel (descrição do automóvel) no valor comercial de R\$ 00.000,00 (valor por extenso). A referida casa ficará reservada aos filhos, tendo a cônjuge virago o usufruto do imóvel até a maioridade dos mesmos. Já o automóvel ficará para o cônjuge varão que, por essa razão, dispensa qualquer direito de usufruto sobre o imóvel adquirido. *[Esse item variará conforme a real situação dos interessados e de acordo com a transação formulada].*

Da relação do casal nasceram 03 (três) filhos, todos menores, conforme comprovam as inclusas cópias das certidões de nascimento, sendo que os mesmos viverão sob a guarda e responsabilidade do cônjuge virago, cabendo ao cônjuge varão o direito de convivência conforme as seguintes condições:

- Será assegurado ao cônjuge varão, o exercício do direito de visitas semanais, devendo buscar os menores às 08:00 horas do sábado e devolvê-los às 18:00 horas do domingo, na residência da cônjuge virago;
- Nos feriados, os filhos menores ficarão, alternadamente, um com o cônjuge varão e outro com o cônjuge virago;
- No período de férias escolares, os filhos menores ficarão na primeira metade com o cônjuge varão e na segunda metade com o cônjuge virago, sempre respeitando os interesses e o bem estar dos menores;

- No dia dos pais, os menores ficarão com o cônjuge varão e, no dia das mães, ficarão com o cônjuge virago, assim como no aniversário de cada interessado;
- Por ocasião do aniversário de um dos menores, todos passarão a data com o cônjuge varão nos anos ímpares e com o cônjuge virago nos anos pares.
- Nos anos ímpares, os menores passarão o natal e o ano novo com o cônjuge varão e, nos anos pares, com o cônjuge virago;
- As cláusulas aqui avençadas não impedem que os interessados transijam, ocasionalmente, em situações específicas, sobre alguma alteração que venha a ser necessária no esquema de convivência estabelecido, sempre respeitando os interesses e o bem estar dos menores.

A título de pensão alimentícia destinada aos filhos menores, o cônjuge varão, enquanto estiver empregado, contribuirá mensalmente com o correspondente a 45% (quarenta e cinco) sobre a sua remuneração, sendo 15% (quinze por cento) para cada filho, devendo incidir sobre o 13º salário, adicional noturno, adicional de férias, adicional por conta de feriados trabalhados e demais gratificações concedidas de forma habitual, excluídos tão somente os descontos obrigatórios impostos por lei (previdência social e imposto de renda), participação nos lucros ou resultados e horas extras, cuja importância deverá ser depositada na conta bancária de titularidade do cônjuge virago, no (Nome do Banco), Agência 000-0, Conta Corrente 000000-0, até o 5º (quinto) dia de cada mês.

Os interessados dispensam reciprocamente à pensão de alimentos.

Por fim, a cônjuge virago pretende voltar a usar o nome de solteira.

Amparados pelo artigo 226, §6º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e demais dispositivos legais pertinentes, os interessados manifestam a intenção de se divorciarem consensualmente.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

1) o julgamento de procedência da demanda, acolhendo os pedidos dos interessados, homologando o Divórcio Consensual, nas condições estabelecidas, com a respectiva expedição do mandado de averbação ao cartório de registro civil competente, nos termos do art. 97 da Lei nº 6.015/1973;

2) a intimação do ilustre representante do Ministério Público para intervir no feito;

Requer provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em Direito, sobretudo a prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ 000.000,00 (valor por extenso).

Termos em que,

Pede deferimento.

Vila Velha, ES, (dia) de (mês) de (ano).

**Nome Completo do Advogado**

Advogado (a)

OAB/UF 00000

**Nome Completo do Interessado**

**Nome Completo da Interessada**